

## **Raça, gênero e política: um estudo a partir das eleições de 2020 na cidade do Rio de Janeiro**

Davi Lobo da Silva Alves Tomé<sup>1\*</sup>; Maria Teresa Petrucci Corrêa Machado Gomes<sup>2</sup>; Luiz Gustavo Borges do Rosario<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*Instituto Federal Fluminense*; <sup>3</sup>*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*

\*[davilobo001@gmail.com](mailto:davilobo001@gmail.com)

### **Resumo**

O presente trabalho objetiva investigar a influência do gênero e da raça, marcadores sociais da diferença, nas possibilidades de candidaturas a cargos legislativos, com recorte analítico às candidaturas para os cargos de vereadores no município do Rio de Janeiro nas eleições de 2020. Nos achados, constatou-se que as categorias de gênero e raça operaram uma significativa interferência nas etapas eleitorais, sendo 65% dos votos para a vereança foram destinados a candidatos brancos, enquanto os candidatos negros receberam apenas 35% de votos. Verificou-se também a questão de gênero, onde os candidatos homens receberam 81% dos votos. Em contrapartida, as candidatas mulheres receberam somente 19% de votos.

**Palavras-chave:** Eleições, Marcadores Sociais da Diferença, Sub-representação.

### **1. Introdução**

Como Gomes<sup>[1]</sup> expõe, as desigualdades de gênero e raça evidentes na sociedade brasileira contemporânea são heranças do passado de escravidão e da sua ideologia hegemônica racista, machista e genocida que justificava, através da doutrina religiosa católica, a superioridade racial branca aos demais povos – negros e indígenas – e a dominação do homem sobre a mulher.

Assim, os marcadores sociais da diferença vem sendo amplamente discutidos, sobretudo no campo institucional, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Neste trabalho, objetivamos investigar a ausência de representatividade política de grupos minoritários, com enfoque nos marcadores de gênero e raça, nas eleições municipais da cidade do Rio de Janeiro em 2020.

Com a ascensão dos debates e posta a importância da igualdade racial e de gênero, observamos uma pseudo inclusão política destas minorias, a fim de se criar a ideia de que estes grupos estão sendo representados de forma igualitária. Entretanto, ao levantar dados que expõem a atual realidade política brasileira, fica explícito que muito ainda precisa ser feito para que os espaços sejam ocupados de maneira equivalente.

### **2. Materiais e Métodos**

#### **2.1. Materiais**

Foram utilizados como materiais os relatórios e dossiês quantitativos elaborados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, expondo os dados referentes às eleições analisadas.

#### **2.2. Metodologia**

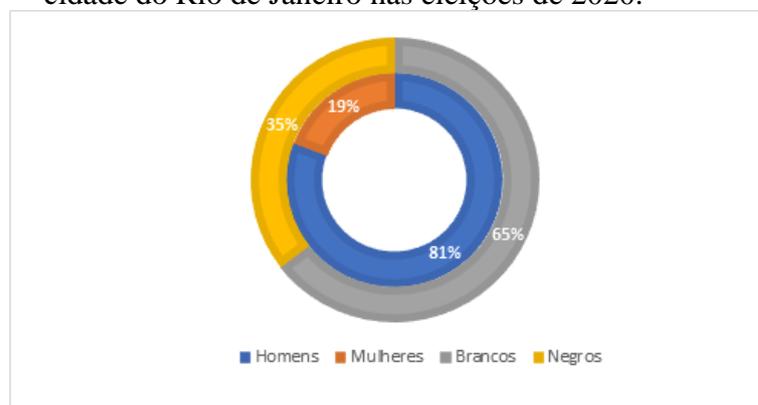
Na metodologia empregada, realizou-se um levantamento bibliográfico à luz de autores que discutem o campo político e social, como Campos e Machado<sup>[2]</sup> e Cotta<sup>[3]</sup>, além de contar com uma análise de dados obtidos a partir do TSE e do GEMAA. As análises se deram em três

etapas: (i) perfil das candidaturas; (ii) quantitativo de votos recebidos; (iii) percentual de minorias eleitas.

### **3. Resultados e Discussão**

Ainda que tenha se sucedido um pequeno aumento no número de candidaturas de mulheres e negros nas eleições municipais, no que diz respeito à votação – o momento mais significativo e importante da competição eleitoral – os números apresentados são desanimadores e preocupantes.

**Gráfico 1.** Quantitativo de votos recebidos, por gênero e raça, para o cargo de vereador(a) na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2020.

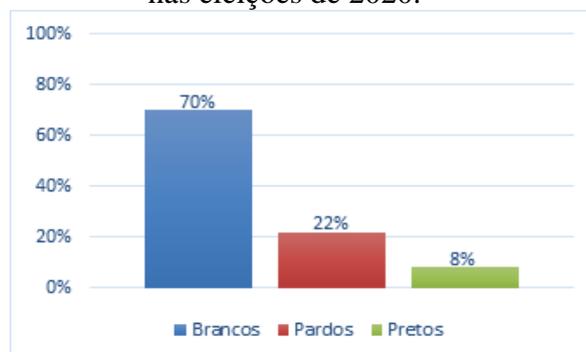


Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral.

Os candidatos brancos receberam 1.555.664 milhões de votos, cerca de 65% de todo o quantitativo de votos, enquanto os candidatos negros receberam 855.633 mil votos, aproximadamente 35% de todos os votos computados. Já na esfera de gênero, os candidatos homens receberam 1.960.655 milhões de votos, enquanto as candidatas mulheres receberam apenas 469.758 mil votos. Tais números abrem espaço para discussão e análise e, nas palavras de Pinheiro *et al.* <sup>[4]</sup>, nos mostram a falácia da democracia ou, simplesmente, quando a maioria é apenas uma minoria. Mulheres e negros, que compõe a maior porcentagem da população brasileira, são segregados e usados apenas como *tokens* nas campanhas políticas, como uma forma de promover uma falsa inclusão.

A problemática da ocupação majoritária de homens brancos é exposta nos gráficos a seguir. No gráfico 2 podemos analisar que, apesar de mais da metade das candidaturas ao cargo de vereador(a) ter sido ocupadas por negros, 70% dos vereadores eleitos foram candidatos brancos.

**Gráfico 2.** Raça dos(as) candidatos(as) a vereador(a) eleitos na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2020.

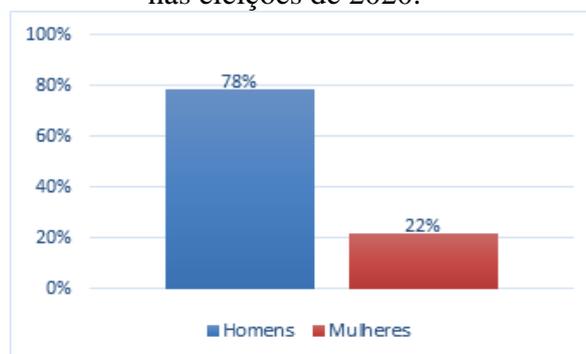


Fonte: GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa.

Esses dados tomam proporções ainda mais alarmantes quando colocados em face ao fato que, segundo o último Censo, a cidade do Rio de Janeiro possui a segunda maior população negra entre todos os municípios do país, com mais de 3 milhões de habitantes identificando-se como preto ou pardo, expondo a sub-representação na seleção dos representantes políticos.

Em relação ao gênero, a desigualdade é ainda maior, pois as mulheres, assim como os negros, compõem mais da metade da população da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, 53%. E no gráfico 3 podemos observar a predominância masculina nas eleições.

**Gráfico 3.** Gênero dos(as) candidatos(as) a vereador(a) eleitos na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2020.



Fonte: GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa.

Tais dados nos fazem refletir: O que leva a sub-representação de mulheres e negros na política? Uma resposta para tal indagação seria a vigência das desigualdades sociais para além das eleições, onde a população negra e feminina vivenciam uma constante luta pelo exercício de seus direitos, além de enfrentarem os fantasmas do sexismo e do racismo.

Meneguello *et al.* <sup>[5]</sup> corrobora afirmando que relações políticas ainda possuem uma carga patriarcal e hierárquica, onde as mulheres não são vistas como candidatas aptas para assumirem um cargo legislativo, devido a muitas terem outras jornadas, como mães e donas de casa, exprimindo uma premissa obsoleta de que mulheres devem optar ou pelo mercado de trabalho

ou pela “família”, e que a conciliação dos dois seria algo impossível, onde uma das duas esferas seria prejudicada, logo, as mesmas não seriam opções viáveis para serem eleitas.

Já no que refere-se aos negros, a cultura de inferioridade a que são submetidos, em todos os aspectos, no dia-a-dia, é apontado como possível condicionante para a não-eleição desses candidatos. A problemática da superioridade da branquitude, fruto de um passado escravagista, revela como a população negra é desmerecida enquanto profissional no mercado de trabalho, bem como, um representante social.

#### **4. Conclusões**

Nessa pesquisa, buscamos estudar e tentar compreender algumas das hipóteses que condicionam a baixa presença de mulheres e negros no cenário político, tendo como *locus* de estudo o município do Rio de Janeiro. Assim, desenvolvemos uma análise da atual sociedade brasileira com base nas consequências do passado de escravidão e da construção de sua estrutura patriarcal, expondo, historicamente, os porquês da falta de representatividade no cenário político brasileiro, com ênfase na marginalização e negação dos direitos dos negros e das mulheres.

Constatamos que tais problemas, infelizmente, não ficaram no passado e seguem refletidos nas condições políticas limitadoras do presente. Os poucos cargos ocupados por esses grupos não são suficientes para que possamos falar de igualdade e plena representatividade. Um longo caminho ainda precisa ser traçado.

É necessário refletir e problematizar a atual sociedade e a pseudo democracia que vivemos, a fim de pensar novas estratégias para que um futuro mais justo seja construído, com a presença de um Estado humanista que interfira nas relações sociais e econômicas, promovendo o fim do enriquecimento de uma minoria detentora dos meios de produção através da exploração de uma maioria que é condicionada à isto, reconhecendo as pessoas como similares, fomentando o respeito às diversidades, a representação pela sua própria identidade, seja de gênero ou racial, e não pelo que possuem, estabelecendo à todos direitos igualitários e dignos à vida humana e, assim, promovendo uma equidade social, através da ascensão das minorias - que são a maioria da sociedade - ao cenário político brasileiro.

#### **Referências**

- [1] GOMES, L. 2019. Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- [2] CAMPOS, L. A., MACHADO, C. 2015. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16. Brasília, p. 121-151.
- [3] COTTA, M. 1992. Representação política. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. (orgs.). Dicionário de política. 4ª ed. V. 2. Brasília: UNB.
- [4] PINHEIRO, I. A., et al. 2013. A falácia da democracia ou quando a maioria é apenas uma minoria. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 7, n. 1, p. 50-75.
- [5] MENEGUELLO, R., et al. 2012. Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em 4 estados brasileiros. Campinas: UNICAMP/CESOP.